

## TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

06.2017.00005582-9

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por sua Promotora de Justiça, titular da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Concórdia, doravante denominado **COMPROMITENTE: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ n. 83.024.257/0001-00, com sede na Rua Leonel Mosele, 62, neste ato representado por seu Prefeito, Rogério Luciano Pacheco, brasileiro, casado, inscrito no RG n. 14/R 841667 e no CPF n. 540.567.809-00, acompanhado do Assessor Jurídico Dr. Filipe Stechinski, OAB n. 29559 doravante designado **COMPROMISSÁRIO**, ambos abaixo assinados, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 89 da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina; e

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público, previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, nos artigos 82 e 83 da Lei Complementar Estadual nº 197, de 13 de julho de 2000 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público de Santa Catarina), das quais se extrai competir-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, em cujo contexto se insere a defesa do patrimônio público e dos princípios constitucionais da Administração (CF, art. 37);

CONSIDERANDO que “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]” (art. 37, “caput”, da CF/88), do que se depreende que a própria Carta Política traçou os vetores para atuação administrativa lícita, diretamente derivados do princípio republicano (CF, art. 1º), diretrizes estas que

devem ser observadas e perseguidas, em primeiro lugar, pela própria Autoridade Administrativa;

CONSIDERANDO a instauração do Inquérito Civil nº 06.2017.00005582-9, do qual se deflui a fiscalização ainda supostamente incipiente dos contratos assinados pelo Município de Concórdia;

CONSIDERANDO que a Administração possui o poder-dever de fiscalizar a execução de seus contratos administrativos para assegurar-se de que o objeto contratado seja executado a contento, e que as obrigações decorrentes sejam realizadas no tempo e modo devidos, dispondo, ainda, de prerrogativas excepcionais em relação ao contratado para realizar o interesse público em cada avença firmada (Acórdão TCU 1.632/2009; TCE/SC, Prejulgado 2162);

CONSIDERANDO que o artigo 67 da Lei nº 8666/1993 dispõe que “a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição”;

CONSIDERANDO que por fiscalização do contrato compreende-se “acompanhar a execução, de forma proativa e preventiva, com os fins de observar o correto cumprimento, pelo contratado, das obrigações previstas nas cláusulas avençadas, e de prestar ao gestor do contrato as informações que sejam relevantes àquele acompanhamento, seja para atestar-lhes a fiel execução ou para apontar desvios que a comprometam.” (PEREIRA JR. e DOTTI, 2011, p. 926).

CONSIDERANDO que o parágrafo primeiro do aludido artigo 67 dispõe que “o representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;”

CONSIDERANDO que o fiscal do contrato deve possuir conhecimento básico acerca das cláusulas da avença e de seu objeto material; das leis e normas referentes ao contrato; do projeto básico ou termo de referência e do projeto executivo, se for o caso, além de dispor de conhecimento técnico mínimo acerca dos serviços que serão executados, devendo, portanto, a Administração nomear servidores capacitados para o encargo, sob pena de responsabilidade da autoridade nomeante (TCU, Acórdão 277/2010);

CONSIDERANDO que a ineficiência na fiscalização do contrato pode gerar a responsabilidade subsidiária da Administração Pública no que toca aos débitos trabalhistas quando comprovada a culpa *in eligendo* ou culpa *in vigilando* (ADC – 16/STF e o Enunciado 331 – TST).

CONSIDERANDO que a atestação é o ato pelo qual o fiscal do contrato declara na nota fiscal/fatura a fiel execução dos serviços pela contratada e o adimplemento das demais prestações pactuadas, gerando, assim, o direito da contratada de receber o pagamento, o que representa, no procedimento de realização da despesa pública, a fase da liquidação, a que aludem os arts. 62 e 63 da Lei 4.320/64;

CONSIDERANDO que a eventual negligência do fiscal da Administração no acompanhamento do contrato pode atrair para si a responsabilidade nas esferas civil, penal e administrativa, ao passo que, em algumas hipóteses, o ato de improbidade pode ser atribuído inclusive às autoridades responsáveis pela indicação do fiscal inepto, posto que a punição dos atos ímprobos causadores de lesão ao Erário (Lei 8.429/92), alcança também condutas culposas;

## **RESOLVEM**

Celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE**

**AJUSTAMENTO DE CONDOTA (TAC)**, com fundamento no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1995 (Lei da Ação Civil Pública), alterado pelo art. 113, § 6º, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e do art. 25 e seguintes do Ato n. 395/2018/PGJ, de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O COMPROMISSÁRIO **DESIGNARÁ**, por atos administrativos específicos para cada avença, **fiscais para todos os contratos assinados pelo Município**, velando para que os contratos firmados por entes da Administração Indireta e fundos municipais também possuam fiscais designados, e selecionando sempre os fiscais dentre os servidores dotados de conhecimentos técnicos mínimos para bem exercer a função;

**CLÁUSULA SEGUNDA**– O COMPROMISSÁRIO se compromete a **PUBLICAR** o ato designatório do fiscal no local de praxe na Administração Municipal, cientificando o servidor acerca de sua nomeação, mas também veiculando o ato no portal do Município na **rede mundial de computadores**, identificando, **para cada contrato administrativo, o seu respectivo fiscal**;

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O COMPROMISSÁRIO compromete-se a **INFORMAR** mediante publicação na internet e no mural do Município, **um contato telefônico e por e-mail** para que a população possa encaminhar queixas e reclamações quanto a avença, facilitando assim o controle social;

**CLÁUSULA QUARTA** - O COMPROMISSÁRIO compromete-se a **ESTRUTURAR e PUBLICAR**, também na rede mundial de computadores e no mural do Município, **quadro geral**, periodicamente atualizado, dos servidores que desempenham a função de fiscal;

**CLÁUSULA QUINTA** - O COMPROMISSÁRIO compromete-se, nos casos de **delegação** da atribuição de indicar o fiscal do contrato para os

Secretários das pastas temáticas, a **VELAR** para que os Secretários observem, em relação aos fiscais nomeados, as **providências acima expostas**;

**CLÁUSULA SEXTA** - O COMPROMISSÁRIO compromete-se a **GARANTIR** ao fiscal do contrato conhecimento prévio e possibilidade de participação desde os **primórdios do processo de contratação**, quando da análise da viabilidade da licitação ou da feitura de edital, para que o fiscal possa compartilhar com os demais servidores envolvidos sua experiência pretérita na fiscalização de contratos semelhantes (TCU, Acórdão 3016/2015);

**CLÁUSULA SÉTIMA** - O COMPROMISSÁRIO compromete-se **ESTABELECE**r mediante ato normativo adequado, **fluxos e rotinas de comunicação** entre o fiscal do contrato, o responsável pelo órgão municipal de controle interno, o Secretário da pasta relacionada ao contrato e o Prefeito Municipal, observando, ainda, que as notícias de problemas ou irregularidades na execução do contrato dirigidas pelo fiscal às autoridades superiores devem ser formalizadas em **documento formal, escrito, datado e assinado**;

**CLÁUSULA OITAVA** - O COMPROMISSÁRIO compromete-se a **ESTRUTURAR e PRESERVAR** os **registros das comunicações recebidas do fiscal**, relacionando-as com cada um dos contratos firmados pela Administração e, quando for o caso, com a instauração de procedimento administrativo formal destinado a averiguar o inadimplemento da contratada;

**CLÁUSULA NONA** - O COMPROMISSÁRIO compromete-se a **PROVIDENCIAR**, quando necessário, especialmente nas obras e investimentos de vulto, **a contratação, mediante prévia licitação, de empresa destinada a auxiliar**, com seu conhecimento técnico, o agente público fiscal do contrato em sua tarefa de acompanhamento, cumprindo ainda ao ente municipal velar para que a empresa contratada desempenhe a contento suas tarefas como auxiliar da fiscalização do contrato, acionando, inclusive, os mecanismos legais de responsabilização jurídica da contratada, em caso de desempenho insatisfatório;

**CLÁUSULA DÉCIMA** - O COMPROMISSÁRIO compromete-se a **OBSERVAR**, quando do **recebimento** de obras, produtos e serviços, as informações e sugestões prestadas pelo fiscal do contrato, garantindo que o agente fiscalizador participe ativamente deste momento decisivo do processo de execução do contrato administrativo;

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – O COMPROMISSÁRIO compromete-se, antes de efetuar qualquer pagamento de faturas, a adotar os seguintes procedimentos:

1. **Verificar a atestação expedida** ou não em sede dos autos do processo de fiscalização e pagamento pelo fiscal respectivo
2. **Exigir da empresa**, mediante documentação hábil, comprovação da **regularidade trabalhista e previdenciária**;

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - O COMPROMISSÁRIO, no caso da empresa contratada descumprir as obrigações trabalhistas, de modo a ensejar risco de responsabilidade para a Administração, compromete-se a: rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis ou conceder prazo para a regularização da falha, caso não esteja caracterizada a incapacidade da empresa regularizar a situação ou a má-fé da contratada;

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – O COMPROMISSÁRIO **comunicará** oficialmente à Promotoria de Justiça o cumprimento das cláusulas do presente termo, comunicação esta que, considerando que as obrigações aqui assumidas referem-se a providências passíveis de aplicação imediata ou dependente de pequenos ajustes administrativos, observará os seguintes prazos, contados da assinatura deste pacto:

a) no tocante à CLÁUSULA QUARTA, o município terá o prazo de 365 dias para estruturar relatório a ser publicado na rede mundial, tendo em vista a necessidade de adequação do portal do município e deflagração de novo

processo licitatório à contratação da empresa responsável;

b) no tocante às CLÁUSULAS SÉTIMA E NONA, até 90 (nove) dias;

c) no tocante às demais CLÁUSULAS, até 150 (cento e cinquenta) dias;

### **DA MULTA**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**– O descumprimento ou violação de qualquer dos compromissos ora assumidos implicará, a título de cláusula penal, o pagamento de **MULTA DIÁRIA PESSOAL** ao Prefeito em exercício, correspondente a R\$ 500,00 (quinhentos reais), corrigidos pelo IGPM, exigíveis enquanto perdurar a violação, sem prejuízos da apuração de responsabilidades em outras esferas;

Parágrafo único: A multa acima estipulada será exigida independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, estando o compromissário constituído em mora com o simples vencimento dos prazos fixados.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - Fica consignado que os valores eventualmente desembolsados deverão ser revertidos em benefício do Fundo Estadual de Reconstituição de Bens Lesados (FRBL). O pagamento e deverá ser quitado mediante boleto bancário a ser expedido e retirado perante a 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Concórdia, cujo valor será atualizado pela taxa SELIC, desde o dia que em que passar o prazo definido até o efetivo cumprimento da obrigação pactuada;

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**a** - Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as

ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

**b** - O cumprimento das obrigações previstas neste TAC não isenta o COMPROMISSÁRIO da observância das demais exigências da legislação em vigor e/ou em outras leis que vierem a ser editadas ou entrarem em vigor após a sua assinatura.

**c** - O presente TAC entrará em vigor na data de sua assinatura. Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85 e art. 784, inciso XII, do Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/2015) e a promoção de arquivamento do procedimento administrativo ao qual se vincula, será submetida à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público, conforme determina o § 3º do art. 9º da Lei n. 7.347/85, nos termos do art. 49 do Ato n. 395/2018/PGJ/MPSC.

**d** - O presente título executivo comportará o protesto, nos termos legais regulamentares e para surtir todos os efeitos que são lhe são próprios, com base na autorização do artigo 28, V, do Ato n. 395/2018/PGJ.

**e** - O Ministério Público poderá, a qualquer tempo, com a devida anuência do signatário, diante de novas informações ou se assim as circunstâncias o exigirem, retificar ou complementar este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, determinando outras providências que se fizerem necessárias, ficando autorizado, nesse caso, a dar prosseguimento ao Inquérito Civil eventualmente arquivado pelo Conselho Superior do Ministério Público, em decorrência deste instrumento, ou instaurar novo procedimento, se decorridos mais de seis meses desde o arquivamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA (FORO)** - Elegem os compromissários e o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da Comarca de Concórdia



para dirimir quaisquer dúvidas ou conflitos oriundos do presente Termo, o qual tem o compromissário por irretratável e irrevogável, ressalvadas as alterações feitas a critério do Ministério Público, dentro da permissibilidade legal constantes deste Termo.

### **CIÊNCIA DO ARQUIVAMENTO**

Ficam, desde logo, os presentes cientificados de que este Inquérito Civil será arquivado em relação aos signatários, e a promoção, submetida ao colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõem o § 3º do artigo 9º da Lei nº 7.347/85 e o artigo 49 do Ato n. 395/2018/PGJ.

Assim, por acharem justo e acertado, firmam as partes o presente Termo de Compromisso, em 2 (duas) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Concórdia, 29 de agosto de 2018.

*(assinado eletronicamente)*

**FRANCIELI FIORIN**  
**Promotora de Justiça**

**Prefeito do Município de Concórdia**

**Assessor Jurídico**